

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Modo de Disputa Aberto nº 001/2019 – Processo de Compra 514100-085/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE IP MULTISSERVIÇOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Impugnante: Edital Assessoria e Consultoria.

1. RESUMO:

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico referenciado, pela empresa Edital Assessoria e Consultoria, doravante IMPUGNANTE, onde requer que seja revisto o instrumento convocatório.

2. ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Em sede de admissibilidade da impugnação, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016.

A impugnação foi informada por meio de mensagem eletrônica encaminhada pela empresa Edital Assessoria e Consultoria, em 20/03/2020, para o endereço eletrônico compras@prodemge.gov.br, portanto, encontrando-se TEMPESTIVA.

3. DA IMPUGNAÇÃO DA EDITAL ASSESSORIA E CONSULTORIA:

Importante ressaltar que a análise e as respostas referente as questões técnicas apresentadas na impugnação foram realizadas pela Gerência Controle de Níveis de Serviço – GCS, demandante do serviço, objeto desta licitação.

A empresa Edital Assessoria e Consultoria, em síntese na sua peça de impugnação apresentada, alega:

- 1) *Requer que seja dado provimento a presente impugnação como tempestiva;*
- 2) *Requer que a modalidade DISPUTA ABERTA seja alterada para modalidade PREGÃO em fiel compatibilidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, por se tratar de contratação de serviço comum;*

- 3) *Requer que as qualificações técnicas e econômico-financeiras sejam alteradas incluindo a exigência de índices econômicos, Patrimônio Líquido mínimo e Atestado de Capacidade Técnica dos licitantes, pelos motivos expostos;*
- 4) *Requer que o presente certame seja SUSPENSO até que todas as alterações editalícias sejam efetuadas e as informações dos esclarecimentos complementares solicitados sejam disponibilizadas.*

4. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante a análise das razões apresentadas, com a suspensão do processo licitatório para alterações nas cláusulas editalícias e as informações dos esclarecimentos sejam disponibilizadas.

5. DOS PEDIDOS E ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS:

1) HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SUPERFICIAL:

Em relação à qualificação econômico-financeira requer a IMPUGNANTE, que seja solicitado no edital a exigência obrigatória de índices econômicos, patrimônio líquido mínimo, além da Certidão de Falência já exigida no subitem 8.5.8.1 do edital.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

Diante da exigência de garantia contratual no edital e seus anexos, não deve ser exigida a comprovação de liquidez, nos termos da Súmula 275 do TCU:

*"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, **patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado**, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." (Grifo nosso).*

Ainda de acordo com o art. 47 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da Prodemge:

"Art. 47. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste RILC e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

I - Cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e

estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, sem prévia motivação”;

Desta forma, a comprovação de patrimônio líquido e índices de liquidez somente poderão ser solicitados quando a Administração não exigir a comprovação de garantia no instrumento convocatório.

Portanto, exigir tal qualificação para a habilitação edital pode configurar grave restrição de participação de outras empresas no certame, podendo ainda ser considerado excesso de formalismo.

2) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SOLICITADA NO EDITAL E ANEXOS:

Em relação à qualificação técnica requer a IMPUGNANTE, que seja solicitado no edital, a exigência atestado de capacidade técnica, além de autorização da Anatel solicitado no item 8.5.10.1 do edital.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

A documentação exigida no edital é adequada e suficiente para comprovar a aptidão técnica para prestação do serviço. No que tange alegação que o edital viola o art. 52 do RILC da Prodemge, consideramos que não assiste razão ao impugnante, pois os itens não são cumulativos.

3) MODALIDADE DIVERGENTE DA PREVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC.

Em relação a modalidade de licitação a IMPUGNANTE alega, que o objeto da licitação se caracteriza como serviço comum, pois são especificações usuais de mercado, podendo ser aplicada a modalidade pregão.

DA ANALISE PELA PRODEMGE:

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de telecomunicações necessários à implantação, operação, manutenção e gerenciamento da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais.

O Termo de Referência (Anexo I do Edital) do processo em questão traz a seguinte, em seu item 20.3 – Da Participação em Consórcio:

“Tendo em vista o modelo adotado para esta licitação, a saber, divisão em lotes, a possibilidade de participação de Prestadoras em consórcio se mostra a mais adequada, visando possibilitar a participação do maior número possível de Prestadoras.

Salienta-se que o Estado de Minas Gerais possui grande extensão geográfica com 853 municípios, fato que por si só restringe a participação de empresas interessadas em prestar o serviço, desta forma optou-se pela possibilidade de constituição de consórcio visando fomentar a competitividade no processo”.

Atualmente os pregões eletrônicos são realizados através do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais. Esse sistema não possui a opção de cadastro de consórcios, sem a devida identificação prévia da condição de consorcio, impossibilitando também a identificação e registro de todos os consorciados. Para maior transparência dos atos praticados na sessão, a adoção do modo de disputa aberto vem de encontro a essa necessidade, o que já justifica a escolha da modalidade.

Com o advento da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, as empresas estatais do Estado de Minas Gerais custearam implementações a fim de ajustar o Portal de Compras MG às exigências da nova lei. Esta customização resultou na criação do menu Empresas Públicas – Procedimento da Lei 13.303. Uma das alterações significativas em relação ao pregão eletrônico, e que foi o principal motivo pela escolha do rito na modalidade Disputa Aberta, é a possibilidade de cadastramento de consórcios antes da sessão, especificando previamente a empresa líder, garantindo maior transparência e lisura ao processo.

A utilização dessa modalidade não fere a Lei 13.303/2016, que declara em seus artigos 31 e 32:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

*IV - adoção **preferencial** da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado; **(Grifo nosso)***

(...)

4) DA MARGEM DE PREFERÊNCIA DE MICROEMPRESAS:

Sobre a margem de preferência de microempresas, alega a IMPUGNANTE, que a Prodemge está utilizando injustificadamente a modalidade disputa aberta ao invés do pregão. Alega ainda que o edital apresenta disposições que ferem o princípio da isonomia, pois o edital prevê a margem de 10% ao invés de 5% prevista no artigo 44 da Lei Complementar 123/06.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

Em razão da escolha da modalidade ser modo de disputa aberto, conforme justificado no item 3, em função da complexidade do objeto, o percentual não se aplica. O art. 44 da Lei complementar 123/06 assim dispõe:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na **modalidade de pregão**, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. (Grifos nossos)*

Quanto à participação de micro e pequenas empresas no modo de disputa aberto, a Lei 13.303/2016, que declara em seu artigo 28:

“Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

§ 1º Aplicam-se às licitações das empresas públicas e das sociedades de economia mista as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#)”.

Em resumo, todas as condições de preferência às Micro e Pequenas Empresas estão dispostas em **LEI**, o que não caracteriza tratamento favorecido além do permitido para um determinado tipo de empresa. Os percentuais e tratamento diferenciado serão aplicados conforme legislação atual, aplicada à Prodemge.

Ademais, o processo ocorre no mesmo portal do pregão eletrônico do Estado de Minas Gerais, em meio eletrônico, utilizando o mesmo cadastro de fornecedores e a mesma base de dados.

5) DOS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES:

PERGUNTA 1: Referente ao Anexo I do Edital - Termo de Referência - Considerando as características técnicas e comuns a toda a prestação de serviço de rede de comunicação MPLS e Internet Dedicada, entendemos que, na fatura, poderá constar valores para os serviços de Circuito, CPE e Gerência, desde que os valores finais unitário e global estejam de acordo com a proposta vencedora do certame. Este entendimento está correto? Em caso negativo, gentileza esclarecer detalhadamente.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não. Considerando que o sistema de faturamento atual é padrão para o gerenciamento de aproximadamente 3000 acessos para todo o ESTADO DE Minas Gerais, o mesmo trabalha de com os valores dos componentes do preço do acesso de forma consolidada visando a qualidade, eficiência e melhor controle da gestão do processo.

PERGUNTA 2: Referente aos itens 1. 12.31.8 e 1.12.31.8.1, entendemos que caso o Provedor não opte por utilizar o acesso banda larga, a conexão do SDW AN à rede Multisserviços se dará através dos acessos MPLS instalados. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor justificar.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não está correto o entendimento. A operadora deverá entregar o link SD-WAN operacional para o cliente independente do link adicional. O uso do link adicional é decisão do cliente, que poderá fazê-lo de diversas formas, porém a operadora deverá garantir que todo o tráfego seja canalizado aos concentradores da comunicação SD-Wan que se encontram instalados na UGO.

PERGUNTA 3: Referente ao item 4.2.1.5.2 do Anexo I - Entendemos que o fornecimento de materiais de encaminhamento, tais como eletrodutos, eletrocalhas, junções, entre outros, não faz parte do escopo para ativação de cada acesso, sendo de responsabilidade da contratante o fornecimento da infraestrutura entre caixa de entrada (DO) do prédio e o local onde será instalado o CPE da Prestadora que permita a instalação dos acessos, bem como materiais de encaminhamento, tais como eletrodutos, eletrocalhas, junções, pontos de energia, dentre outros, Este entendimento está correto? Caso contrário favor justificar.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

O questionamento está respondido no item 4.2.1.5.3.

PERGUNTA 4: Em relação ao item 4.2.1.5.3 questionamos - As Premissas de Instalação, o subitem VI, informa que se houver a necessidade de infra de para-raios para proteção de antenas, a mesma será de responsabilidade da CONTRATADA. Entendemos que esta medida se aplica somente para enlaces de rádio e satélite, ou seja, para circuitos cujo o meio de transmissão seja-terrestre, esta premissa não se aplica. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor justificar.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não está correto o entendimento. O item se refere a qualquer antena instalada pela operadora.

PERGUNTA 5: Referente ao item 4.2.2.10 – Entendemos que os períodos de indisponibilidade provocados pela UGO por configurações mal sucedidas nos equipamentos serão desconsiderados para o cálculo de disponibilidade mensal. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

O entendimento está correto.

PERGUNTA 6: Sobre o item 4.3.2.1 – Entendemos que os CPE's dos acessos da modalidade Redundância Crítica, devem possuir a compatibilidade a protocolos de redundância/balanceamento que seja capaz de prover um estado de redundância ativa. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor justificar.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não está correto o entendimento. Existem diferenças entre os roteadores CPE e os instalados no ambiente da operadora, conforme especificado no item 4.3.2.4.

PERGUNTA 7: Sobre o item 5.9 do Anexo – Não foram localizadas sanções ou regras de abatimento sobre o valor mensal do acesso quando não o nível de serviço estabelecido para Latência. Taxas de erro e Perda de Pacotes. Diante disso questionamentos, haverá alguma regra de abatimento ou sanção por o não cumprimento dos requisitos de desempenho do acesso? Se sim, quais serão?

DA ANÁLISE DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Todas as sanções e regras de abatimento estão disponibilizada no edital.

PERGUNTA 8: Referente aos itens 1.12.31.8 e 1.12.31.8.1 – Entendemos que caso o provedor não opte por utilizar o acesso banda larga, a conexão SDWAN à rede Multisserviços se dará através dos acessos MPLS instalados. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor justificar.

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Este questionamento é idêntico ao questionamento 2.

PERGUNTA 9: Sobre os itens 5.14.1.4 e 5.14.1.5 – Qual será o documento exigido para a comprovação de aptidão do licitante (isolado ou consorciado) na aptidão da prestação de serviço de ANTI-DDOS que se refere a questões de segurança dos dados da Contratada. Considerando que nem todas as empresas possuem infraestrutura de mitigação própria com capacidade de conter ataques volumétricos. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica que comprove a licitante já ter executado este serviço de forma satisfatória?

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

A resposta ao questionamento se encontra no item 3.4 do Anexo 1.5 do Termo de Referência.

PERGUNTA 10: Ainda sobre os itens 5.14.1.4 e 5.14.1. (questionamento anterior). Quando houver a participação de empresas em Consórcio, será exigido a comprovação de aptidão de cada consorciada em conformidade com suas respectivas participações no consórcio, conforme previsto no Inciso III do item 3.3.7 do edital? A consorciada responsável pelo melindroso serviço ANTI DDOS deverá comprovar sua aptidão através de Atestado de Capacidade Técnica?

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

O questionamento está respondido pelo item 3.4 do Anexo 1.5 do Termo de Referência.

PERGUNTA 11: Ainda sobre o serviço de ANTI DDOS - entendemos que, independente do meio de transmissão, todos os níveis de serviços de desempenho, bem como, Latência, Perda de pacotes, Taxas de erros não poderão ser afetados em momentos de mitigação transparente de ataques

volumétricos do tipo negação de serviço distribuído (DDoS - Distributed Denial of Service). Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não está correto o entendimento.

PERGUNTA 12: Referente ao item 3.5.7 - É exigido no Edital que o licitante deve POSSUIR backbone internet com pontos de presença em no mínimo 3 (três) estados, sendo ao menos 1 (um) em Minas Gerais. Entendemos que o licitante participante de forma isolada ou em consórcio (conforme sua participação) deverá comprovar possuir o backbone exigido como critério de habilitação através de cópia de informação do PORTAL DE INTERCONEXÃO DIRETA entre as redes que compõem a internet Brasileira. Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DO SETOR TÉCNICO DA PRODEMGE:

Não está correto o entendimento.

6) DECISÃO

Diante do exposto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios dispostos na legislação vigente, esta agente de licitação, equipe de apoio e área técnica demandante conhecem a impugnação apresentada pela licitante Edital Assessoria e Consultoria.

Considerando que as razões apresentadas não foram suficientes, considero IMPROCEDENTE a alegação da impugnante, sendo mantidos o presente edital e seus anexos.

Registre-se que a abertura da sessão pública e realização da etapa competitiva do presente certame, permanecerá no dia 27/03/2020 às 09:00, conforme publicação por meio do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 07/03/2020.

Belo Horizonte, 25 de março de 2020

Agente de Licitação

Gerência de Compras